



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL E O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL COM FAMÍLIAS**

Claudio Horst¹

Resumo: O presente artigo propõe um debate sobre as tendências teórico-metodológicas presentes no Serviço Social brasileiro e as implicações para o exercício profissional com famílias. Trata-se de um artigo de revisão de literatura que apresenta elementos do positivismo, da fenomenologia e do marxismo e a relação com o Serviço Social. Aponta a necessidade de avançarmos no debate sobre a tradição marxista no interior da profissão, principalmente na compreensão da família, com vistas a enfrentar uma atuação psicologizante das relações familiares, reduzida a “*casos de família*”, e de naturalização da *particularidade* dessa instituição na sociabilidade burguesa.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social; Exercício Profissional; Família.

**THEORETICAL-METHODOLOGICAL TENDENCIES IN SOCIAL WORK
AND PROFESSIONAL WORK WITH FAMILIES**

Abstract: The present article aims to debate over theoretical-methodological tendencies in Brazilian Social Work and the implications towards professional work with families. This article proposes a review on literature that presents aspects of positivism, phenomenology and marxism, and its relation with Social Work. It points to the requirement of forwarding the debate over marxist traditions within the profession, especially comprehending families, intending to face psychological procedures of family relations, reducing them to “families business”, and naturalizing the particularity of such institution on a capitalist sociability.

Keywords: Fundamentals of social work; Professional work; Families.

1. Introdução

Nosso objetivo no presente artigo é apontar elementos centrais de três perspectivas teóricas distintas: Positivismo, Fenomenologia e Marxismo e suas implicações na atuação profissional com famílias no Serviço Social brasileiro. Trata-se de um grande desafio e que, portanto, não temos a pretensão de esgotá-lo devido aos limites desse trabalho.

Na direção apontada por Netto (1996), busca-se por meio dessa reflexão resgatar as correntes que estiveram presentes no movimento de reconceituação (1960-1980) e pensar hoje a profissão na sua vinculação com o marxismo, a fim de entender para onde

¹ Assistente Social e Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). E-mail: <claudiovasques1@hotmail.com>.

vamos, ou seja, se vamos “[...] manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la” (NETTO, 1996, p.117).

As diversas perspectivas que se fazem presente no interior da profissão não podem ser entendidas a partir de uma leitura endógena do Serviço Social, pois, além de não serem produzidas unicamente no interior da profissão, não devem ser tomadas como blocos estanques. Portanto, “no interior de toda categoria profissional rebate, incide e se expressa a diversidade e a contraditoriedade de interesses e aspirações que existem objetivamente na sociedade” (NETTO, 2015, p. 237).

Como nos chama a atenção Mészáros, desejar ou criar expectativas em relação às perspectivas teórico-metodológicas constituídas sobre o horizonte do capital é um equívoco, já que as mesmas não podem ser alteradas de maneiras significativas. Isso porque, “uma alteração radical dos limites em questão - como fez o próprio Marx – equivaleria ao completo abandono do ‘ponto de vista da economia política’ que privilegia o ponto de vista do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p.10).

Entender tais perspectivas contribui, a nosso ver, para pensar estratégias profissionais na luta contra o neoconservadorismo, “desafio colocado àqueles setores para os quais a efetiva defesa da direção social condensada no projeto ético político não se basta na sua mera reiteração, exigindo mais que a sua invocação retórica” (NETTO, 2016, p. 67). Para isso, nosso trabalho está organizado em dois momentos: Inicialmente, apresentamos elementos que caracterizam as perspectivas teóricas e suas contribuições para pensar o trabalho profissional com famílias; posteriormente, as reflexões finais.

2. Apontamentos sobre as perspectivas teóricas e suas contribuições para pensar a família.

A reconceituação como momento importante do Serviço Social brasileiro e latino americano foi parte determinante do processo de erosão do Serviço Social “tradicional”, ocasionado pelas determinações globais no âmbito econômico-social, cultural, e estritamente profissional, conforme já nos apontou Netto (2015). Nas palavras do autor, reconceituação significou a construção de um *pluralismo profissional*¹.

¹ “É próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e teórica quando a profissão busca definir-se como instituição” (NETTO, 2015, p. 172). Conforme aponta o autor, mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não foram medularmente postas em causa, foi importante a

Nesse sentido, as várias perspectivas com que se enriqueceu a profissão, a partir daquele momento histórico, possibilitaram o desenvolvimento e o amadurecimento de tendências, conforme foram delimitadas com suas características e particularidades no estudo de Netto (2015). Aqui, retomaremos alguns elementos centrais de cada perspectiva¹ que possibilitem pensar a instituição família e o exercício profissional das assistentes sociais.

2.1 Positivismo

O positivismo surgiu em fins do século XVIII e princípio do século XIX, *a priori*, como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista para se transformar posteriormente, em uma perspectiva conservadora conformada à ordem burguesa que prevalece até os nossos dias.

Formulada inicialmente por Comte e influenciado por Spencer – de quem adquiriu preferência por modelos biológicos² - foi Durkheim (1978) que avançou no desenvolvimento de tal perspectiva³. Para Lowy, teórico que se dedicou ao estudo desta perspectiva, Durkheim considera que

[...] o conjunto dos fenômenos sociais está submetido às leis gerais necessárias e constantes parecidas com as que regem as operações de natureza. Daí, a ideia de uma ciência natural da sociedade ou de uma “matemática social” baseada no cálculo das probabilidades (LOWY, 2013, p. 28).

Nas palavras de Lowy, o positivismo está fundamentado em certas premissas que o estruturam e o caracterizam, e podem ser resumidas nas seguintes afirmativas:

1. A sociedade é regida por *leis naturais*, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social, reina uma harmonia natural;
2. A sociedade pode, portanto, ser *epistemologicamente assimilada pela natureza* e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza;

articulação que lhes conferiu uma arquitetura procurando maior consistência à ordenação dos componentes internos da profissão (NETTO, 2015).

¹ É importante destacar nos limites da presente reflexão que as fontes revisadas até o momento possibilitaram uma interpretação das correntes a partir da leitura do Serviço Social. Ou seja, temos o pensamento positivista, por exemplo, e sua interpretação sobre família. E temos a forma como o Serviço Social se apropria dessa leitura para ser utilizada no interior da profissão. Em relação à fenomenologia, por exemplo, parte do material revisado diz respeito a apropriação que a profissão fez em relação a essa perspectiva, durante o processo de renovação. O que aponta a necessidade de estudos sobre seus avanços e influências no tempo presente.

² “[...] o princípio que rege o sistema biológico é o princípio da homeostase; quer dizer, um equilíbrio para manter uma estrutura fixa dada” (DANTAS, 1995, p. 45).

³ Durkheim apresenta os pontos principais das divergências com Comte e Spencer no seu livro intitulado: *As regras do método sociológico*. Especialmente no capítulo II – Regras relativas à observação dos fatos sociais.

3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, *devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos*, de forma objetiva, *neutra*, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos (LOWY, 2013, p. 25, grifos nossos).

No âmbito da discussão sobre famílias, o entendimento da sociedade a partir de leis naturais, desistoriciza o processo de transformação das famílias que, além de negar a diversidade familiar, nega, a nosso ver as determinações sociais que a instituição família assume enquanto *momento predominante*¹ no capitalismo².

Essa forma de entendimento, como uma sociedade que funciona conforme a natureza, naturalmente com suas instituições, levou a profissão, principalmente no trato com as famílias, a construir metodologias que buscavam a reintegração dos indivíduos à situação de ‘normalidade’. No processo de renovação do Serviço Social brasileiro sabemos que é na *perspectiva modernizadora* que o positivismo se inscreve como fundamento do exercício profissional, exercendo influência desde os anos de 1940.

Quanto a metodologia, adentrava o diagnóstico e tratamento dos problemas sociais onde o indivíduo era cuidado de forma personalizada até sua reintegração à situação de normalidade. Eram realizadas entrevistas com o trabalhador, seus familiares, vizinhos, patrão, chefes cujo objetivo era definir qual o foco a ser tratado, diagnosticar. Assim, achava-se um tratamento que o indivíduo aderisse como forma de curar-se, intervindo naquilo que era desviante (JORGE, 2009, p. 13).

Ora, como as leis da sociedade são naturais, e tudo deve funcionar em sua normalidade, as famílias são instituições que funcionam em perfeita harmonia, tanto que impedem a ocorrência de “problemas” no espaço público. As questões vivenciadas pelas famílias nessa perspectiva devem ser compreendidas pelas profissionais como uma crise de formação moral, intelectual e social *da família*. As profissionais atuam

¹ Como advertiu Lukács (2013, p. 466), o “momento predominante” de um complexo dinâmico é, ainda assim, apenas um dos seus momentos, e “[...] este só pode ser compreendido dentro do seu funcionamento na própria totalidade do complexo”.

² Ainda que careça de melhor desenvolvimento, ao considerarmos o ‘momento predominante’ dessa instituição na ordem burguesa é preciso apontar que há uma profunda contradição entre a nossa forma de organização da vida familiar e a possibilidade de desenvolvimento mais autêntica das nossas necessidades e possibilidades, inclusive no campo afetivo. Portanto, essa forma de vivência não pode ser naturalizada como a única possível de organização familiar. Por isso, a necessidade de superá-la sobre essas determinações. Pelo menos por dois motivos: 1) Na própria *reprodução* da ordem burguesa essa instituição tem como missão a transmissão e internalização dos valores dominantes pelos seus membros e para isso é necessário que a violência, a hierarquia e opressão (leia-se Machismo, Racismo e LGBTfobia, etc.) sejam reproduzidas cotidianamente no seu interior; 2) Concretamente, ainda que as vivências entre os sujeitos não reproduza somente a violência esperada de uma sociedade regida pela lei do valor, as famílias da classe trabalhadora não têm condições de garantir uma proteção aos seus, pois, inseridas numa sociedade de classes, ordenada pela propriedade privada.

normativamente na vida dos trabalhadores e de suas famílias, desvinculadas de qualquer análise macro estrutural.

Nessa direção, por exemplo, a negação da categoria de contradição no trabalho com famílias nos leva a compreendê-la por outro ângulo. Ou seja, em suas próprias limitações e possibilidades¹. Trata-se de localizá-las a partir das leis constantes e invariáveis. Logo, de enquadrá-las como estruturadas ou desestruturadas. É válido lembrar que a naturalização das relações familiares implica numa naturalização do papel reservado à mulher na família e na sociedade. Aqui, o exercício profissional não pode ter outra direção, pois, a naturalização da sociedade, remete automaticamente, o conflito para a esfera moral. Considerados estes como problemáticos, a única saída são as mudanças de comportamentos, recaindo assim, na psicologização das relações sociais (NETTO, 2011a).

As refrações da “questão social”, vivenciadas pelos sujeitos e suas famílias, são entendidas como distúrbios, desvios sociopáticos, patologia social que por meio de estratégias de reintegração – a partir dos mecanismos institucionais – são reinseridos em nome da coesão social. Os efeitos para as famílias da classe trabalhadora são desastrosos devido a grande responsabilização, culpabilização e idealização em cima de uma instituição fundamentalmente contraditória, pois, inserida na luta de classes.

2.2 Fenomenologia

Merleau-Ponty, partindo da concepção de Husserl, aponta que a fenomenologia é o estudo das essências e que as mesmas levam consigo todas as relações da experiência. Busca-se descrever os atos pelas percepções dos indivíduos. Nas palavras de Macêdo (1982, p. 47), “a análise fenomenológica se prende aos atos de visar a um objeto, característica da consciência intencional”. É através da consciência que o mundo se ordena em torno dos homens e mulheres e começa a existir para os mesmos, em outras

¹ É a própria atualidade desse pensamento que rege o trabalho com famílias no Sistema Único de Assistência Social: “Consiste numa forma capilar de infiltração da racionalidade capitalista no cotidiano da reprodução familiar e pessoal dos dominados, tendendo a responsabilizá-los por sua situação de vida. Combinados com o ‘enfoque nas capacidades’, as noções de ‘ativos e capital social’ descarrega grande peso nas dimensões comportamentais, psicossociais e educacionais, tanto para a determinação das causalidades da pobreza, quanto para sua superação, mistificando os condicionamentos de classe e os fundamentos histórico-estruturais que a alicerçam” (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p.316).

palavras: “a redução fenomenológica faz aparecer o mundo tal como é, anteriormente a todo retorno sobre nós mesmos. Existe o mundo e eu o percebo” (MACÊDO, 1982) ¹.

O *por entre parênteses* aparece como o caminho para uma descrição do dado em toda sua pureza². A investigação a partir do mundo vivido considera que a sociedade e suas expressões devem ser estudadas a partir do que denominou Husserl de *redução fenomenológica*³. Trata-se de um caminho metodológico definido em três momentos: intuição, redução e idealização. Segundo Carli (2013), o pensamento de Husserl representa o próprio afastamento da burguesia de seu passado progressista, quando tornou-se conservadora e passou a necessitar de perspectivas teóricas que abram mão de qualquer racionalidade. Como uma dessas perspectivas, a fenomenologia, se constitui a partir de duas características centrais: “1) em seu solipsismo, que nega ao movimento da história um desenvolvimento racional e 2) na intuição como órgão privilegiado do conhecimento, em detrimento da razão propriamente dita” (CARLI, 2013, p. 19).

Para Martin Heidegger, é mais importante descrever do que explicar, sempre partindo de três pontos fundamentais de tal perspectiva:

- 1) Que *o essencial é a vivência imediata*, tal como é percebida ou sentida corporalmente – até imaginada – assim como o processo que está se desenvolvendo aqui e agora.
- 2) Que nossa percepção do mundo e do que nos rodeia é dominada por *fatores subjetivos irracionais*, que lhe conferem um sentido, diferente para cada um.
- 3) Isso conduz, particularmente, à importância de uma tomada de consciência do corpo e do tempo vivido, como *experiência única de cada ser humano*, estranha a qualquer teorização preestabelecida.

Ao considerarmos pelo menos essas duas dimensões: o ponto de partida sendo a vida cotidiana, numa concepção anti-histórica; e da caracterização do conceito de redução fenomenológica nos seus limites do “pôr entre parênteses” cujo aspecto central é a dimensão idealista da subjetividade, consideramos que tal perspectiva mistifica o real,

¹ Conforme nos aponta Carli (2013), a efetividade concreta do objeto em questão não é o interesse, senão o sentido que cada subjetividade lhe confia: “A consciência elege o que lhe é essencial e essa eleição diz respeito à sua intencionalidade” (CARLI, 2013, p. 43). A essência, como destaca o autor, não pertence ao próprio objeto em si, ela é doada pelo sujeito. Nessa direção: “Um verdadeiro abismo de sentido se abre entre consciência e realidade” (HUSSERL, 2006, p. 116). “Entre os dois flancos desse abismo, entre consciência e realidade, Husserl agarra-se à consciência em prejuízo da realidade” (CARLI, 2013, p. 43).

² “O ponto de partida fenomenológico é o fenômeno não em sua efetividade, mas no modo como o sujeito se conscientiza dele; no modo pelo qual a subjetividade o registra em sua consciência” (CARLI, 2013, p. 42).

³ “A redução fenomenológica implica em restringir o objeto da ciência ao que a intencionalidade da consciência doou sentido, em remover as barreiras concernentes ao modo natural de investigar, isto é, ao fato em si. Com a redução fenomenológica, tem-se o horizonte livre, purificado de tudo que é mundano, efetivo e concreto, real” (CARLI, 2013, p. 44).

gerando distorções no exercício profissional, principalmente em relação às atribuições privadas.

Aqui, tal perspectiva de subjetividade - ancorada no indivíduo isolado das relações sociais, fechado em torno de si – reforça e sustenta a análise equivocada que o marxismo não contribui para o entendimento da subjetividade, e por isso, é válido no exercício profissional com sujeitos e famílias recorrer a outras perspectivas¹.

Conforme destaca Carli (2013), “na reação à ‘questão social’, a fenomenologia lida com conceitos que negam a racionalidade inerente ao movimento do real e, conseqüentemente, a possibilidade de apreendê-la; nega-se inclusive a própria existência do real” (CARLI, 2013, p. 20). Ao desconsiderarmos as situações vivenciadas pelos sujeitos como expressões da “questão social” o direcionamento da atuação se volta para a mudança de comportamento dos sujeitos, já que são os próprios, os responsáveis pelas situações que enfrentam. “O objetivo é modificar as dinâmicas relacionais e interativas que se encontram na base da dificuldade, criando novas condições relacionais dentro das quais as famílias podem gerar novos recursos” (CAMPANINI, 2015, p. 11). A família nessa perspectiva é entendida de um modo relacional.

Na divisão elaborada por Netto (2015), é a fenomenologia, que no processo de renovação do Serviço Social vai fundamentar a perspectiva de *reatualização do conservadorismo*. A aproximação de tal perspectiva com a profissão não ocorreu sem problemas, devido principalmente, “a ausência de relação entre aqueles autores e as fontes originais” (NETTO, 2015, p.271)².

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às

¹ Conforme destaca Vasconcelos (2015), muito da aversão para com o projeto profissional crítico, e com o marxismo, são justificadas com base na impossibilidade do marxismo contribuir na compreensão da subjetividade. Segundo a autora, tais justificativas são baseadas na falta de compreensão da existência de duas concepções antagônicas de subjetividade.

² São três as observações que indicam a problematidade da aproximação dessa perspectiva com o serviço social: 1) ausência de relação entre aqueles autores (representativos da perspectiva de reatualização do conservadorismo) e as fontes originais (do pensamento fenomenológico); 2) falta de mínimas referências às problematizações de que as posturas, propostas, categorias e procedimentos fenomenológicos foram e são objeto (tal perspectiva aparece sem contestação); 3) um ponderável empobrecimento teórico e crítico de categorias engendradas na vertente aberta por Husserl (tratando-se de um processo de simplificação que não pode passar inadvertido) (NETTO, 2015).

referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2015, p.204).

Segundo o autor, essa perspectiva recupera e se vale de todo o acúmulo ainda vigente de uma atuação profissional respaldada numa tradição fundada na ajuda psicossocial¹, com uma tendência à centralização nas dinâmicas individuais.

Resumidamente, reproduziremos aqui, os elementos conclusivos de Carli (2013) sobre as consequências para as assistentes sociais que adotam o método fenomenológico como preceito norteador de sua prática: 1) *o usuário é considerado como um singular isolado de determinações classistas, sem pertencimento de classe*; 2) *compreensão do serviço social como ajuda psicossocial*; 3) *desconsideração do real*; 4) *exige das assistentes sociais uma posição acrítica*; 5) *negação da perspectiva da totalidade*; e por fim 6) *a ajuda psicossocial advinda da intervenção da assistente social terá como fim único a transformação pessoal e a transformação das intenções dos homens a respeito de seu mundo natural*. Tais elementos apontam para uma atuação que, ao desconsiderar as expressões da “questão social” vivenciadas pelas famílias como determinadas pela estrutura societária, responsabilizam as mesmas. Por isso, o foco nos comportamentos, a opção muitas vezes pelo trato relacional das percepções, que recaem na terapia, e que culminam na responsabilização da individualidade, descoladas da realidade concreta, intituladas como *problemas intrafamiliares*, “*casos de família*”.

3.3 Marxismo

Karl Marx iniciou seus primeiros escritos ao longo da década de 40 do século XIX, destacando-se quando confrontou polemicamente a filosofia de Hegel. Posteriormente, já com a parceria de Engels, as pesquisas, estudos e lutas político-revolucionárias foram materializadas em importantes obras, com destaque para O Capital, que, diferente das perspectivas apresentadas até o momento, origina no “*completo abandono do ponto de vista do capital*” (MÉSZÁROS, 2009, p.10).

O processo de conhecimento aqui, na busca pelo rompimento com o fenômeno em sua imediaticidade, que busca reproduzir no plano ideal, da teoria, a concreticidade da vida real, deve partir do pressuposto fundante do modo de produção da riqueza material

¹ É Vasconcelos (2015) que apresenta a problematização em torno do exercício profissional que toma o “psicossocial” como função e não como campo ou área de atuação.

de tal sociedade que se quer conhecer. Ou seja, “uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2011b, p.40).

Marx mergulhou no exame crítico das condições de trabalho na sociabilidade burguesa, levando-o a demonstrar, após anos de investigação, que o modo de produção capitalista, ao atender os interesses essenciais da burguesia, restringia a força de trabalho dos sujeitos à condição de mercadoria. Nesse sentido, o trabalho é entendido como a atividade pelo qual homens e mulheres transformam a natureza e se transformam ao mesmo tempo.

Para uma leitura marxiana da realidade é imprescindível a perspectiva de totalidade, que conforme nos lembra Mészáros (2013, p.58), Lukács considerou como “categoria central da realidade”. Tal leitura, obrigatoriamente precisa ancorar-se em três dimensões: “[...] o método crítico dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. A arquitetura teórica marxiana esta fundada neste tripé – sem a presença simultânea destes três componentes, a sua construção teórica desaba” (NETTO, 1989, p.95).

Antes de mais, esta teoria articula-se sobre a perspectiva da totalidade: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade. A categoria da totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nuclear da sua re-produção teórica (NETTO, 1989, p. 93).

O marxismo se inscreve como uma das perspectivas que no processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina buscará a ruptura com a herança conservadora¹, sustentando a perspectiva de *intenção de ruptura*².

¹ Como demarca Netto (1995), influenciado diretamente pelo cenário sócio-político a interlocução da profissão com o marxismo encontrava vetores na própria realidade brasileira. Dentre eles: 1) a relação do movimento estudantil dos anos 60 hegemônico por forças progressistas e de esquerda; 2) o visível deslocamento de setores da igreja católica para posições contestatórias ao conservadorismo e à ditadura 3) o contexto de crise da ditadura e a reinserção da classe operária na cena política.

² Vale assinalar que é com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias (NETTO, 2015, p. 384).

Tal perspectiva, centrada no trabalho, possibilita entendermos, inclusive, o lugar da família na sociabilidade do capital. A partir do momento que a força de trabalho se tornou mercadoria, a reprodução da vida não seria possível sem as mediações de segunda ordem, que permitissem a continuidade da venda da força de trabalho. Como demonstrou Lessa (2012), na medida em que as forças produtivas se desenvolveram ao longo da história, a família também foi modificada¹. Portanto, na sociabilidade do trabalho alienado, tal instituição, assumiu as determinações que possibilitam a reprodução física e social da força de trabalho, que sob a égide da monogamia, também cumpre o papel determinante de perpetuação e internalização dos valores dominantes (MÉSZÁROS, 2002)².

Nas palavras de Mézáros, a instituição familiar cumpre um papel importante enquanto um microcosmo que contribui para a manutenção do capitalismo.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do **sistema de valores profundamente iníquo**, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um **rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais**, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 271, grifos nossos).

Tal compreensão pode contribuir para a construção de novos fundamentos para o trabalho com famílias em contraposição aos fundamentos postos pelo estrutural-funcionalismo. Situar a família no conjunto das relações sociais, desmistificando a clássica divisão entre esfera pública e privada, contribui para reafirmar seu caráter histórico e as suas relações contraditórias. Busca-se desnaturalizar o trabalho desenvolvido na família e pela família, cuja naturalização permite os deslizamentos de responsabilidades, especialmente no campo do cuidado, dos serviços para as unidades familiares. Nessa direção, abre-se uma ponte para o campo de debate sobre a direcionalidade do trabalho com famílias no campo da política social, a partir de ações orientadas pelas necessidades das famílias e não pelos “problemas” apresentados por elas — casos de família (HORST, MIOTO, 2018).

Esse deslocamento da lógica dos problemas – típica da perspectiva funcional-estruturalista – para a lógica das necessidades, permite pautar a perspectiva da

¹ Nos limites desse trabalho não vamos desenvolver a relação entre forças produtivas, relações sociais e família. Tal reflexão já foi elaborada por Lessa (2012a; 2012b).

² Mézáros destaca o papel da família na reprodução da “síndrome da subserviência internalizada” que tem como processo, a internalização cotidiana, por parte dos indivíduos, da máxima: “*conheço-meu-lugar-na-sociedade*”.

defesa dos direitos sociais na sua universalidade, afastando-se criticamente das propostas de focalização e mercantilização. Também permite desconstruir a ideia de família dissociada da condição de classe e de outros eixos de desigualdades, como gênero e raça. Isso rebate frontalmente na proposição do trabalho com famílias que se propõe a realizá-lo centralizado na abordagem das famílias e nas suas singularidades. Ao contrário, destaca-se o conjunto de ações que necessitam ser desenvolvidas para além das famílias, como sujeitos singulares (HORST, MIOTO, 2018, p.11).

Ao desconsiderarmos a totalidade social e a particularidade da família no capitalismo, as análises e apostas nas famílias tendem a superdimensioná-las – colocando para as mesmas questões impossíveis de serem resolvidas no âmbito familiar – ou culpabilizá-las. Compreender que a família cumpre um lugar de cuidado, proteção, construção de identidades e vínculos afetivos que podem ser capazes de promover “qualidade de vida” não pode servir como justificativa para naturalização da reprodução da desigualdade e violência próprias dessa instituição no capitalismo.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o aprofundamento do diálogo sobre a família dentro da tradição marxista, compreendendo-a a partir da sua contraditoriedade e particularidade no capitalismo e apostando nessa contribuição para a construção de novos valores éticos, centrados efetivamente na liberdade e na justiça social – parâmetros que sustentam nosso código de ética e constitui nosso projeto profissional crítico – no trabalho cotidiano com as famílias. Ou seja, construir respostas concretas que vão para além das determinações da política social, das cartilhas e indicações governamentais.

3. Apontamentos Finais

“As verdades há que repeti-las muitas vezes para que não venham, pobres delas, a cair no esquecimento” (José Saramago – Ensaio sobre a lucidez).

Ao apontarmos algumas tendências teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro compreendemos que o exercício profissional – que exige uma sólida formação teórica e metodológica – é mediado por matrizes teóricas que não se fecham ao âmbito acadêmico, e/ou das pesquisas. Pelo contrário, também diz respeito às formas de ver e interpretar a realidade, e em nosso caso, de intervir.

Conforme já nos indicava Netto, desde a década de 1990, as diversas correntes que configuram um campo teórico-metodológico no interior da profissão “não se explicitam com a nitidez que possibilitaria um fecundo confronto de posições. Entretanto, não é pela falta de explicitação que essas resistências são menos operantes” (NETTO, 1995, p. 77).

O discurso do senso comum, defendido pela igreja e legitimado pela ciência burguesa¹, que a família é a base da sociedade, tem como princípio ideológico que as desordens sociais têm origem nas famílias. A defesa da família como a base da sociedade mascara os fundamentos das expressões da “questão social”.

Como nos alertou Coutinho, as únicas categorias capazes de nos instrumentar na perspectiva de uma ciência ontológica e ética, são as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. Por isso, as perspectivas da decadência começam por romper com tais perspectivas. Tornam-se cada vez mais, “um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade” (COUTINHO, 2010, p.36). Nessa conjuntura, inclusive de avanço da pós-modernidade, Mészáros já indicava que as mensagens ideológicas imediatistas de tais teorias têm como foco a produção de esquemas conceituais que “[...] possa chegar à compreensão das manifestações de conflito sem que seja necessário alcançar suas causas subjacentes” (MÉSZÁROS, 2009, p. 50).

Defendemos um exercício profissional que seja capaz de compreender a instituição família e suas demandas apresentadas a nós, nos diversos serviços sociais, numa perspectiva de totalidade; a partir do entendimento de suas contradições determinadas pela sociabilidade burguesa, negando um enquadramento de modelos e comportamentos, considerando desestruturadas, no caso do positivismo, ou que tendem, a uma aposta no caráter de uma subjetividade desvinculada das determinações objetivas dessa sociabilidade, apostando nas mudanças de comportamentos dos sujeitos como forma de resolver os conflitos considerados intrafamiliares, interpessoais.

Nosso entendimento compreende o trabalho com famílias como um *lócus* privilegiado de reflexão e provocações, a partir da realidade concreta dos sujeitos atendidos por nós, que pode contribuir nos processos de desmistificação da sociabilidade do capital.

Apostar na transitoriedade das relações sociais é *desnaturalizar* as relações familiares da classe trabalhadora que atendemos. Nisso, resulta um trabalho que ao realizar uma leitura crítica da realidade, *crítica no sentido marxiano*, junto aos sujeitos e suas famílias, implica numa acertada colocação dos problemas vivenciados pelas mesmas

¹ “No positivismo, a religião moderna encontra a filosofia, que pode conectar sua concepção de Deus e do mundo com o mais moderno, o mais científico dos pensamentos” (LUKÁCS, 2012, p. 43).

em seus devidos lugares e origens. Afinal, como indicou Marx em Sobre o Suicídio, é necessário uma crítica social inspirada na compreensão de que o *privado é político!*

Referências

CAMPANINI, A. Intervenção com famílias numa ótica sistêmica. In: CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço Social com Famílias**. Lisboa: Pactor, 2015.

CARLI, R. **Fenomenologia e Questão Social: Limites de uma filosofia**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DANTAS, J. L. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. **Cadernos ABESS nº4**. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Brasília (DF), 1995.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura [et al]. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação e conservadorismo? **Em Pauta**, v. 15, 2018. No prelo.

JORGE, C. F. **A construção teórica das relações entre família e serviço social brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários**. Dissertação de (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

_____. A atualidade da abolição da família monogâmica. **Crítica Marxista**, n.35, p.41-58, 2012b.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

LÚKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Ivo Tonet e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACÊDO, M. A. **Reconceituação do serviço social: formulações teóricas**. São Paulo, Cortez, 1982.

MÉSZAROS, I. **Para além do Capital**. Boitempo, 2002.

_____. **Estrutura Social e formas de consciência.** A determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O conceito de dialética em Lukács.** São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, ano 10, n. 30, maio/ago.1989.

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. **Cadernos ABESS**, n. 4, Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. 1995.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 17. ed. São Paulo: Cortez. 2015.

_____. Por uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil:** história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. SILVA, M. L. O. (Org.) São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo:** tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, J. M. A. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 531-559, jul./set. 2014.

VASCONCELOS, A. M. **A/O Assistente Social na luta de classes:** Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** 2. ed. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.